

ATRIUM INVESTIMENTOS - SGPS, SA

RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 2013

ATRIUM Investimentos - SGPS, S.A.

Sede: Avenida da República, 35 - 2.º andar, 1050-186 Lisboa

Capital Social: Euro 50.000

Pessoa Colectiva n.º 509 074 529

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 509 074 529

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

A Atrium Investimentos – SGPS, SA (“SGPS”) foi constituída em 20 de Julho de 2009 e tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Participações

Em 31 de Dezembro de 2013, a SGPS detinha a totalidade das acções com direito a voto da Atrium Investimentos – Sociedade Financeira de Corretagem, SA (“SFC”), uma sociedade financeira de corretagem portuguesa cuja actividade está centrada na gestão de carteiras de activos financeiros por conta de clientes, e a totalidade das acções da APMI Atrium Portfolio Management and Investment SA (“APMI”), uma sociedade suíça cuja actividade consiste na gestão e no aconselhamento para a gestão de carteiras de activos financeiros de clientes. A SGPS detinha também a totalidade do capital da “Atrium Advisory Services, Sociedade Unipessoal, Lda”, uma sociedade cujo objecto social é a realização de estudos e projectos.

Ao longo do ano, a SGPS continuou a analisar activamente oportunidades de investimento, participando mesmo em processos de compra de sociedades de áreas conexas com a gestão de activos, área em que a própria SGPS já desenvolve, ainda que indirectamente, a sua actividade. O rigor e a prudência colocados na apreciação dos projectos não permitiu a concretização de nenhum novo investimento no decurso de 2013, mas admite-se que de entre os projectos em carteira algum possa passar à fase de investimento em 2014. Numa área diferente, e já no início de 2014, a SGPS tomou uma participação minoritária numa sociedade da área da comunicação social.

Actividade da SFC

Embora as taxas de juro de baixo risco tenham continuado em níveis historicamente baixos ao longo do ano, parece ter-se iniciado em 2013 um ciclo de subida de taxas. No final do ano, a Euribor de 3 meses situava-se em 0,33%, enquanto que as taxas de rendibilidade até à maturidade (“yield to maturity”) das obrigações a 10 anos dos governos alemão e americano se situavam, respectivamente, em 1,93% e 3,03%, correspondendo a subidas de 0,61 e 1,27 pontos percentuais no ano. O índice de obrigações governamentais a 10 anos em euros subiu 1,9%, e o índice de obrigações de empresas *iBOXX Euro Corporate* apreciou-se 2,2%, desempenhos que reflectiram a recuperação dos activos da Europa periférica, uma vez que a rendibilidade no ano das obrigações dos governos alemão e norte-americano com maturidades superiores a 10 anos foram negativas, respectivamente, de -6,0% e -12,5%. No que respeita a acções, o índice *MSCI World* subiu 24,1%, enquanto que o índice de acções europeias *Eurostoxx 50* se apreciou 18,0%.

Este enquadramento, em que os activos com menor risco tiveram rendibilidades negativas, condicionou naturalmente as rendibilidades das carteiras de clientes geridas pela sociedade. As carteiras do perfil *Estratégico*, geridas com uma preocupação de preservação de capital e com baixo nível de volatilidade, tiveram uma rendibilidade de 0,7%. As carteiras do perfil *Dinâmico*, que partilham da mesma filosofia de investimento, embora com características mais oportunísticas e com maior volatilidade, registaram uma valorização de 4,9%. Por seu turno, o perfil *Acções* teve uma rendibilidade de 14,4%.

A sociedade é *investment manager* do Atrium Portfolio SICAV, um fundo de investimento sob forma societária de capital variável (*société d'investissement à capital variable*), do tipo UCITS IV, domiciliado no Luxemburgo. A estratégia de gestão de cada um dos três sub-fundos do SICAV - Quadrant, Sextant e Octant – replica a dos três perfis de gestão discricionária da Atrium, respectivamente, o Portfolio *Estratégico*, o Portfolio *Dinâmico* e o Portfolio *Acções*. Constituído em Setembro de 2011, no final do ano o SICAV tinha um património global de 200 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 18% no ano.

Entre os mandatos institucionais, contam-se também dois fundos de fundos imobiliários que, em conjunto, têm um capital subscrito de cerca de 235 milhões de euro, e que contam entre os seus investidores com alguns dos principais investidores institucionais da nossa praça, bem como outros três fundos de investimento não harmonizados, que prosseguem diferentes estratégias.

No final do ano, o valor global dos activos sob gestão discricionária era de 763 milhões de euros.

O produto bancário atingiu cerca de 7,6 milhões de euros, representando uma redução face ao ano anterior, determinada por uma queda das comissões de intermediação de operações sobre instrumentos financeiros. Já os custos com pessoal e os gastos gerais administrativos mantiveram-se, no seu conjunto, substancialmente inalterados. O resultado líquido do exercício cifrou-se em 3,6 milhões de euros.

APMI

A APMI é uma sociedade suíça cuja actividade consiste na gestão e aconselhamento para a gestão de carteiras de activos financeiros de clientes particulares e institucionais.

A APMI é membro da VSV-ASG-SAAM Swiss Association of Asset Managers, uma associação que, através de auto-regulação, estabelece padrões de qualidade para a gestão de activos independente através de regras de conduta para os seus membros.

No final de 2013, o valor dos activos sob gestão da APMI era de 220 milhões de euros e o resultado líquido do exercício foi de cerca de 1,4 milhões de euros.

Resultados da SGPS

Reflectindo os resultados líquidos apurados em cada uma das participadas, o resultado consolidado do exercício cifrou-se em cerca de 5,0 milhões de euros. O resultado líquido das contas individuais da SGPS, calculado numa base diferente, foi de cerca de 4,2 milhões de euros.

Outras informações

O Conselho de Administração não concedeu quaisquer autorizações a negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, é de referir que a sociedade não tinha, no final do exercício, quaisquer dívidas em mora à Segurança Social.

Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício de 4.239.610,12 euros seja integralmente transferido para a conta "Resultados transitados".

Notas finais

O Conselho de Administração pretende agradecer ao Banco de Portugal e ao Fiscal Único toda a colaboração prestada.

Lisboa, 11 de Abril de 2014

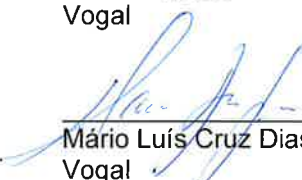
O Conselho de Administração



João Carlos Peça Nunes da Fonseca
Presidente



António Manuel Baptista dos Santos Almeida
Vogal



Mário Luís Cruz Dias Vigário
Vogal

Participações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

(N.º 5 do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

	<u>N.º de acções detidas em 31.12.2012</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>N.º de acções detidas em 31.12.2013</u>
João Carlos Peça Nunes da Fonseca	6.614	-	-	6.614
António Manuel Baptista dos Santos Almeida	6.614	-	-	6.614
Mário Luís Cruz Dias Vigário	6.614	-	-	6.614
Patrício, Moreira Valente & Associados, SROC				
- Carlos de Jesus Pinto de Carvalho	-	-	-	-
José Carlos Nogueira Faria e Matos	-	-	-	-

Lista de accionistas

(N.º 4 do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

	<u>N.º de acções detidas em 31.12.2013</u>
António Manuel Baptista dos Santos Almeida	6.614
Filipe José de Campos Rodrigues Prieto	6.614
João Carlos Peça Nunes da Fonseca	6.614
João Filipe de Brion Ramires Sanches	6.614
Mário Luis Cruz Dias Vigário	6.614
Osvaldo José Sancho Nicolau	6.614
Pedro Araújo de Santa Clara Gomes	6.614
Outros	3.702
Total	50.000

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

		31.12.2013		31.12.2012	
	Notas	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
ACTIVO					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	149.334,16	0,00	149.334,16	9.508,76
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	4.248.611,29
Aplicações em instituições de crédito	3	4.386.036,05	0,00	4.386.036,05	35.635,99
Investimentos em filiais, assoc. e emp. conjuntos	4	62.684.902,20	43.400.000,00	19.284.902,20	19.327.954,18
Activos por impostos correntes	5	8.350,41	0,00	8.350,41	2.218,32
Outros activos	6	3.994.795,80	0,00	3.994.795,80	0,00
Total de Activo		71.223.418,62	43.400.000,00	27.823.418,62	23.623.928,54
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO					
Passivos por impostos correntes	7			2.858,14	0,00
Outros passivos	8			2.363,85	2.290,05
Total de Passivo				5.221,99	2.290,05
Capital	9			50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital	9			37.222.000,00	37.222.000,00
Reservas de reavaliação	9			37.955,02	81.007,00
Outras reservas e resultados transitados	9			-13.731.368,51	-403.728,75
Resultado do exercício	9			4.239.610,12	-13.327.639,76
Total de Capital				27.818.196,63	23.621.638,49
Total de Passivo + Capital				27.823.418,62	23.623.928,54

A Técnica Oficial de Contas

Andrea Melo da Mata

O Conselho de Administração

Assembleia
Carla Rodrigues

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2013	31.12.2012
Juros e rendimentos similares	10	78.389,08	876,58
Juros e encargos similares		0,00	0,00
Margem financeira		78.389,08	876,58
Rendimentos de instrumentos de capital	11	4.231.035,70	4.576.453,94
Encargos com serviços e comissões		357,30	230,14
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	12	8.315,05	3.611,29
Outros resultados de exploração	13	-33.403,47	-0,55
Produto bancário		4.283.979,06	4.580.711,12
Custos com pessoal		427,50	427,50
Gastos gerais administrativos	14	41.083,30	7.804,99
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0,00	17.900.000,00
Resultado antes de impostos		4.242.468,26	-13.327.521,37
Impostos Correntes	7	2.858,14	118,39
Impostos Diferidos		0,00	0,00
Resultado após impostos		4.239.610,12	-13.327.639,76
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0,00	0,00
Resultado líquido do exercício		4.239.610,12	-13.327.639,76

A Técnica Oficial de Contas

Adriana Melo da Mata

O Conselho de Administração

António Almeida
António Almeida

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Actividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		0,00	363,09
Pagamentos a Fornecedores		-41.009,11	-6.644,74
Pagamentos ao Pessoal		0,00	-471,00
Juros, comissões e outros proveitos recebidos		1.944,35	873,26
Juros, comissões e outros custos pagos		-34.188,66	-773,69
Activos financeiros detidos para negociação		4.252.198,19	-4.245.000,00
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>		<u>4.178.944,77</u>	<u>-4.251.653,08</u>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-1.000,00	758,22
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		140,73	-218,32
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>		<u>4.178.085,50</u>	<u>-4.251.113,18</u>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		0,00	0,00
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		-3.994.795,80	0,00
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>		<u>183.289,70</u>	<u>-4.251.113,18</u>
Actividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Imobilizações corpóreas		0,00	0,00
Imobilizações incorpóreas		0,00	0,00
Subsídios de investimento		0,00	0,00
Juros e proveitos similares		0,00	0,00
Dividendos recebidos e outros proveitos		4.231.035,70	4.576.453,94
		<u>4.231.035,70</u>	<u>4.576.453,94</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Imobilizações corpóreas		0,00	0,00
Imobilizações incorpóreas		0,00	0,00
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>		<u>4.231.035,70</u>	<u>4.576.453,94</u>
Actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Empréstimos obtidos		0,00	0,00
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		0,00	0,00
Subsídios de doações		0,00	0,00
Vendas de acções (quotas) próprias		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		0,00	0,00
Amortização de contratos de locação financeira		0,00	0,00
Juros e custos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e prestações suplementares		0,00	-330.000,00
Aquisições de acções (quotas) próprias		0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>-330.000,00</u>
<i>Fluxos de actividades de financiamento (3)</i>		<u>0,00</u>	<u>-330.000,00</u>
<i>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</i>		<u>4.414.325,40</u>	<u>-4.659,24</u>
<i>Efeitos das diferenças de câmbio</i>		0,00	0,00
<i>Caixa e seus equivalentes no início do período</i>		45.008,76	49.668,00
<i>Caixa e seus equivalentes no fim do período</i>		<u>4.459.334,16</u>	<u>45.008,76</u>
		0,00	0,00
Valor de Balanço das rubricas de Caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro			
Caixa		0,00	0,00
Depósitos à Ordem em Outras Instituições de Crédito (Sociedade)	2/4	45.008,76	45.008,76

A Técnica Oficial de Contas

Adriana Melo da Silva

O Conselho de Administração

António Almeida

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

	Capital	Outros instrumentos capital	Prémios de emissão	Ações próprias	Reserva Legal	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Capital Próprio
Saldos em 31.12.2011	50.000,00	37.552.000,00	-	-	50.000,00	18.113.384,91	- 18.506.381,29	37.259.003,62
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	-	-	-	-	-	- 18.506.381,29	18.506.381,29	-
Distribuição de dividendos / reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações Suplementares	-	330.000,00	-	-	-	-	-	330.000,00
Compra / alienação de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	20.274,63	-	20.274,63
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	- 13.327.639,76	- 13.327.639,76
Saldos em 31.12.2012	50.000,00	37.222.000,00	-	-	50.000,00	372.721,75	- 13.327.639,76	23.621.638,49
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	-	-	-	-	-	- 13.327.639,76	13.327.639,76	-
Distribuição de dividendos / reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações Suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra / alienação de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	43.051,98	-	43.051,98
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	4.239.610,12	4.239.610,12
Saldos em 31.12.2013	50.000,00	37.222.000,00	-	-	50.000,00	13.743.413,49	4.239.610,12	27.818.196,63

A Técnica Oficial de Contas

Andréa Melo de Matos

O Conselho de Administração

[Assinaturas]
A. Almeida

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Atrium Investimentos - SGPS, SA foi constituída por escritura pública em 20 Julho de 2009 e tem por objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

O regime jurídico das Sociedades Gestoras de Participações Sociais encontra-se legalmente definido no Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro, cuja redacção foi alterada pelos Decretos-Lei n.º 318/94, de 24 de Dezembro e n.º 378/98, de 27 de Dezembro.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRÍNCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

A actividade da sociedade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal. As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, através do disposto no Aviso n.º 1/2005, n.ºs 2.º e 3.º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com um conjunto de excepções, das quais a única relevante no caso da sociedade é a eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

1.2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas e critérios valorimétricos:

a) Especialização dos exercícios

Os gastos e os rendimentos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os mesmos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, sendo registados por contrapartida das correspondentes contas de regularização.

b) Activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são feitas de acordo com as taxas máximas definidas pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, em regime de duodécimos.

De acordo com o artigo 33.º do Código do IRC, as depreciações dos elementos do activo, adquiridos a partir de dia 1 de Janeiro de 2010, cujo custo unitário não ultrapasse 1.000 euros são efectuadas na totalidade no período da respectiva aquisição.

c) Activos financeiros detidos para negociação

São considerados activos financeiros detidos para negociação, aqueles que são adquiridos com a principal finalidade de venda num prazo muito próximo. Os títulos de rendimento variável são valorizados à cotação de mercado.

d) Investimentos detidos até à maturidade

São considerados investimentos detidos até à maturidade os activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, com uma maturidade determinada, relativamente aos quais exista intenção e capacidade de deter até ao vencimento.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença entre o valor de aquisição e o valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto apurado no momento da compra, é diferida e reconhecida em resultados de forma escalonada no período que decorre entre a data da compra e a data de vencimento. Os juros decorridos são reconhecidos como proveitos

e) Investimentos em filiais e associadas

São considerados investimentos em filiais e associadas as participações no capital social de empresas detidas pela sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais se detenha o poder de domínio ou de controlo (empresas filiais), ou se exerça uma influência significativa sobre a gestão e política financeira (empresas associadas).

Os investimentos em filiais e associadas são registados ao custo de aquisição. Verificando-se goodwill, o activo fica sujeito a testes de imparidade anuais ou sempre que haja indicação de que este possa estar com imparidade. Se o justo valor líquido dos activos e passivos exceder o custo de aquisição o respectivo valor é reconhecido directamente em resultados.

Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito do accionista a receber o pagamento.

f) Moeda estrangeira

Os elementos contidos nas demonstrações financeiras que estejam ou tenham estado na sua origem expressos em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda nacional, o euro, tendo por base as taxas de câmbio de fecho nos dias das transacções e no último dia de cada mês. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

g) Provisões para riscos de crédito e risco-país

As provisões são constituídas de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e incluem:

- uma provisão específica para crédito e juros vencidos, apresentada como dedução às respectivas rubricas do activo, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 1% e 100% sobre os saldos de crédito e juro vencidos, em função da classe de risco e da existência ou não de garantias;
- uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, evidenciada no passivo, na rubrica “Provisões para riscos gerais de crédito”, correspondente a 1% do total do crédito não vencido concedido pela sociedade, incluindo o representado por garantias;
- uma provisão para risco-país calculada de acordo com a lista da classificação dos países e territórios segundo o grau de risco.

h) Impostos sobre lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados pode englobar os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Disponibilidades em Instituições de crédito		
No país	149.334,16	9.508,76
Juros a receber	0,00	0,00
	<u>149.334,16</u>	<u>9.508,76</u>

3. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Aplicações em Instituições de Crédito no país		
A prazo		
Caixa Geral de Depósitos	1.903.000,00	15.000,00
Banco BPI	1.893.000,00	0,00
Banco Santander Totta	514.000,00	0,00
Banco BES	0,00	20.500,00
Juros a receber	76.036,05	135,99
	<u>4.386.036,05</u>	<u>35.635,99</u>

4. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A sociedade detinha:

- 974.463 acções representativas de cerca de 91% do capital e de 100% dos direitos de voto da “Atrium Investimentos - Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.”, sediada em Avenida da República, 35 - 2.º Andar, Lisboa;
- 100% do capital da “APMI - Atrium Portfolio Management and Investment S.A.” sediada em 20, rue du Général-Dufour, Genève;
- 100% do capital da “Atrium Advisory Services, Sociedade Unipessoal Lda.”, sediada em Avenida da República, 35 - 2.º Andar, Lisboa.

A “Atrium Investimentos - Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.” finalizou os exercícios de 2013 e de 2012 com os seguintes capitais próprios:

	31.12.2013	31.12.2012
Capital	3.742.109,00	3.742.109,00
Prémios de emissão	3.176,16	3.176,16
Acções Próprias	-3.566.698,54	-3.566.698,54
Reserva Legal	3.742.109,00	3.631.230,00
Outras reservas		
Indisponível	3.566.698,54	3.566.698,54
Reservas livres	1.520,78	1.520,78
Resultado líquido do exercício	3.566.317,68	4.341.914,70
	<u>11.055.232,62</u>	<u>11.719.950,64</u>

A “APMI - Atrium Portfolio Management and Investment S.A.” finalizou os exercícios de 2013 e de 2012 com os seguintes capitais próprios:

	31.12.2013	31.12.2012
Capital	123.365,41	123.365,41
Reserva Legal	31.005,66	31.005,66
Reservas de reavaliação	398.032,63	494.102,73
Outras reservas e resultados transitados	5.454.504,07	3.333.212,38
Resultado líquido do exercício	1.409.924,41	2.121.291,70
	<u>7.416.832,18</u>	<u>6.102.977,88</u>

A “Atrium Advisory Services, Sociedade Unipessoal Lda” finalizou os exercícios de 2013 e de 2012 com os seguintes capitais próprios:

	31.12.2013	31.12.2012
Capital realizado	5.000,00	5.000,00
Reservas legais	950,00	0,00
Outras reservas	16.148,44	0,00
Resultados transitados	0,00	-1.895,32
Resultado líquido do exercício	54.153,66	18.993,76
	<u>76.252,10</u>	<u>22.098,44</u>

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos a 31 de Dezembro de 2013:

Natureza e espécie	Qde	Valor nominal	Valor antes de imparidade (custo histórico)	Valor Líquido
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Emitidos por residentes				
Atrium Investimentos - SFC, S.A.	974,46	3,50	60.000.000,00	16.600.000,00
Atrium Advisory Services, Sociedade Unipessoal Lda			5.000,00	5.000,00
Emitidos por não residentes				
APMI - Atrium Portfolio Management and Investment S.A.	200,00	814,74	2.679.902,20	2.679.902,20
				<u>19.284.902,20</u>

5. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Pagamento especial por conta	3.000,00	2.000,00
Retenções na fonte	5.350,41	218,32
	<u>8.350,41</u>	<u>2.218,32</u>

6. OUTROS ACTIVOS

A administração tributária desconsiderou, para efeitos fiscais, os reembolsos efectuados aos accionistas, a título de suprimentos e prestações suplementares, nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, considerando que os pagamentos efectuados deveriam ser entendidos para efeitos de tributação como pagamentos de dividendos sujeitos a retenção na fonte a título de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares.

Em sequência, no início de 2013, a sociedade foi notificada da liquidação de retenções na fonte de IRS, no valor global de 4.367.052,77 euros, incluindo já juros compensatórios. Em Dezembro, a sociedade procedeu ao pagamento das referidas liquidações no valor de 3.994.795,80, por forma a ficar dispensada do pagamento de juros compensatórios, juros de mora e custas administrativas. Por discordar das liquidações, a sociedade informou a administração tributária de que iria contestar nos termos legais e, em Fevereiro de 2014 avançou com um pedido de constituição de tribunal arbitral.

7. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

O valor de 2.858,14 euros corresponde à estimativa de IRC, à taxa de 25%, sobre o lucro tributável do exercício de 11.432,56 euros.

8. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Encargos a Pagar		
Serviços de Auditoria	1.845,00	1.845,00
Outros	518,85	445,05
	<u>2.363,85</u>	<u>2.290,05</u>

9. CAPITAL PRÓPRIO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Capital	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital		
Prestações suplementares	37.222.000,00	37.222.000,00
Reservas de reavaliação	37.955,02	81.007,00
Reserva Legal	50.000,00	50.000,00
Outras reservas e resultados transitados	-13.781.368,51	-453.728,75
Resultado do exercício	4.239.610,12	-13.327.639,76
	<u>27.818.196,63</u>	<u>23.621.638,49</u>

O capital da sociedade está representado por 50.000 acções nominativas com o valor nominal unitário de 1.00 euro.

Às prestações suplementares aplica-se o regime previsto nos artigos 210.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais e, no que se refere ao reembolso aos accionistas, aplica-se o disposto no artigo 213.º do Código das Sociedades Comerciais, sendo necessária a obtenção da autorização do Banco de Portugal antes da realização de qualquer reembolso.

10. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito		
No país	0,00	876,58
Juros de aplicações em instituições de crédito		
No país	78.389,08	0,00
	<u>78.389,08</u>	<u>876,58</u>

11. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

A sociedade recebeu lucros da filial “Atrium Investimentos - Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.” no valor de 4.231.035,70 euros.

12. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação		
Fundos de tesouraria	8.315,05	3.611,29
	<u>8.315,05</u>	<u>3.611,29</u>

13. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Outros impostos		
Impostos indirectos		
Imposto do selo	-33.403,47	-0,55
	<u>-33.403,47</u>	<u>-0,55</u>

14. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Com serviços		
Serviços especializados	40.640,50	7.509,79
Outros serviços de terceiros	442,80	295,20
	<u>41.083,30</u>	<u>7.804,99</u>

15. ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2013, o montante global dos elementos do activo expressos em moeda estrangeira, convertido em euros era de 2.679.902,20 euros. Não havia elementos do passivo expressos em moeda estrangeira.

16. RENDIMENTOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Os rendimentos expressos na Demonstração de Resultados durante o exercício de 2013 foram obtidos, exclusivamente, com operações realizadas em Portugal.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO CONSOLIDADO **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Montantes expressos em Euros)

		31.12.2013		31.12.2012	
	Notas	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		718,25	0,00	718,25	1.030,42
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	15.444.264,06	0,00	15.444.264,06	19.870.977,78
Activos financeiros detidos para negociação	4	14.295.691,17	0,00	14.295.691,17	17.013.878,38
Aplicações em instituições de crédito	5	4.444.036,05	0,00	4.444.036,05	2.055.509,26
Investimentos detidos até à maturidade	6/12	82.401,62	0,00	82.401,62	103.039,69
Outros activos tangíveis	7	538.157,79	432.586,63	105.571,16	114.038,57
Activos intangíveis	8	42.264.250,88	42.262.416,56	1.834,32	2.540,65
Inv. em filiais, associadas e emp conjuntos	9	76.252,10	0,00	76.252,10	22.098,44
Activos por impostos correntes	10	3.327.530,27	0,00	3.327.530,27	2.925.821,22
Outros activos	11/12	10.953.479,82	0,00	10.953.479,82	8.259.294,15
Total de Activo		91.426.782,01	42.695.003,19	48.731.778,82	50.368.228,56
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO					
Recursos de outras instituições de crédito				29,66	29,81
Provisões	12			1.105,78	1.463,87
Passivos por impostos correntes	13			3.934.469,59	3.819.991,77
Outros passivos	14			17.714.262,46	24.407.881,84
Total de Passivo				21.649.867,49	28.229.367,29
Capital	15			50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital	15			37.222.000,00	37.222.000,00
Reservas de reavaliação	15			2.237,38	98.307,48
Outras reservas e resultados transitados	15			-15.231.596,22	-5.152.295,23
Resultado do exercício	15			5.039.270,17	-10.079.150,98
Total de Capital				27.081.911,33	22.138.861,27
Total de Passivo + Capital				48.731.778,82	50.368.228,56

A Técnica Oficial de Contas

Andree Melo da Mata

O Conselho de Administração

[Assinaturas]

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2013	31.12.2012
Juros e rendimentos similares	16	118.541,25	47.845,08
Juros e encargos similares	16	119,98	1.888,77
Margem financeira		118.421,27	45.956,31
Rendimentos de serviços e comissões	17	10.443.862,16	12.744.187,81
Encargos com serviços e comissões	17	126.865,46	227.215,22
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	18	156.519,13	194.646,70
Resultados de reavaliação cambial		-27.337,42	-108.340,79
Outros resultados de exploração	19	-6.168,40	-150.013,06
Produto bancário		10.558.431,28	12.499.221,75
Custos com pessoal	20	1.434.396,98	1.420.442,01
Gastos gerais administrativos	21	2.097.970,73	2.042.617,91
Amortizações do exercício	7/8	49.941,08	49.651,45
Provisões líquidas de reposições e anulações		508,09	91,53
Imparidade de outros activos financeiros Líquida de reversões e recuperações		872,46	25.633,90
Imparidade de outros activos Líquida de reversões e recuperações		0,00	-16.557.407,44
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)		54.153,66	18.993,76
Resultado antes de impostos		7.031.656,70	-7.526.177,87
Impostos Correntes	22	1.992.386,53	2.552.973,11
Resultado após impostos		5.039.270,17	-10.079.150,98
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0,00	0,00
Resultado líquido do exercício		5.039.270,17	-10.079.150,98

A Técnica Oficial de Contas

Andréa Melo da Mata

O Conselho de Administração

[Assinaturas]

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

	Capital	Outros instrumentos capital	Prêmios de emissão	Ações próprias	Reserva Legal	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Capital Próprio
Saldos em 31.12.2011	50.000,00	37.552.000,00	-	-	1.426.175,00	12.665.715,98	- 19.169.046,20	32.524.844,78
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	-	-	-	-	508.495,00	- 19.677.541,20	19.169.046,20	-
Distribuição de dividendos / reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações Suplementares	-	330.000,00	-	-	-	-	-	- 330.000,00
Compra / alienação de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	23.167,47	-	23.167,47
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	- 10.079.150,98	- 10.079.150,98
Saldos em 31.12.2012	50.000,00	37.222.000,00	-	-	1.934.670,00	6.988.657,75	- 10.079.150,98	22.138.861,27
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	-	-	-	-	111.829,00	- 10.190.979,98	10.079.150,98	-
Distribuição de dividendos / reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações Suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra / alienação de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	96.220,11	-	96.220,11
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	5.039.270,17	5.039.270,17
Saldos em 31.12.2013	50.000,00	37.222.000,00	-	-	2.046.499,00	17.275.857,84	5.039.270,17	27.081.911,33

A Técnica Oficial de Contas

Andreia Melo da Mata

O Conselho de Administração

António Almeida
António Almeida

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Atrium Investimentos - SGPS, SA foi constituída por escritura pública em 20 Julho de 2009 e tem por objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

O regime jurídico das Sociedades Gestoras de Participações Sociais encontra-se legalmente definido no Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro, cuja redacção foi alterada pelos Decretos-Lei n.º 318/94, de 24 de Dezembro e n.º 378/98, de 27 de Dezembro.

A sociedade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal em base individual e consolidada nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 117.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) tal como adoptadas em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com um conjunto de excepções, das quais a única relevante no caso da sociedade é a eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

1.2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos usados nas demonstrações financeiras individuais bem como nas demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os gastos e os rendimentos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os mesmos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, sendo registados por contrapartida das correspondentes contas de regularização.

b) Activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são feitas de acordo com as taxas máximas definidas pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, em regime de duodécimos.

De acordo com o artigo 33.º do Código do IRC, as depreciações dos elementos do activo, adquiridos a partir de dia 1 de Janeiro de 2010, cujo custo unitário não ultrapasse 1.000 euros são efectuadas na totalidade no período de tributação do respectivo custo de aquisição.

As diferenças de consolidação positivas (“goodwill”) não são objecto de amortização. O activo está sujeito a testes de imparidade anualmente, ou sempre que haja indicação de que o activo possa estar com imparidade.

c) Activos financeiros detidos para negociação

São considerados activos financeiros detidos para negociação, aqueles que são adquiridos com a principal finalidade de venda num prazo muito próximo. Os títulos de rendimento variável são valorizados à cotação de mercado.

d) Investimentos detidos até à maturidade

São considerados investimentos detidos até à maturidade os activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, com uma maturidade determinada, relativamente aos quais exista intenção e capacidade de deter até ao vencimento.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença entre o valor de aquisição e o valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto apurado no momento da compra, é diferida e reconhecida em resultados de forma escalonada no período que decorre entre a data da compra e a data de vencimento. Os juros decorridos são reconhecidos como proveitos.

e) Moeda estrangeira

Os elementos contidos nas demonstrações financeiras que estejam ou tenham estado na sua origem expressos em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda nacional, o euro, tendo por base as taxas de câmbio de fecho nos dias das transacções e no último dia de cada mês. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

f) Provisões para riscos de crédito e risco-país

As provisões são constituídas de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e incluem:

- uma provisão específica para crédito e juros vencidos, apresentada como dedução às respectivas rubricas do activo, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 1% e 100% sobre os saldos de crédito e juro vencidos, em função da classe de risco e da existência ou não de garantias;
- uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, evidenciada no passivo, na rubrica “Provisões para riscos gerais de crédito”, correspondente a 1% do total do crédito não vencido concedido pela sociedade, incluindo o representado por garantias;
- uma provisão para risco-país calculada de acordo com a lista da classificação dos países e territórios segundo o grau de risco.

g) Valores mobiliários de clientes recebidos em depósito

Os valores mobiliários dos clientes recebidos em depósito encontram-se registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor de cotação.

h) Impostos sobre lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados pode englobar os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013, a “Atrium Investimentos - SGPS, S.A.” detinha:

- cerca de 91% do capital e 100% dos direitos de voto da “Atrium Investimentos Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.”, sediada em Avenida da República, 35 2.º Andar, Lisboa;
- 100% do capital da “APMI - Atrium Portfolio Management and Investment S.A.” sediada em 20, rue du Général-Dufour, Genève;

- 100% do capital da “Atrium Advisory Services, Sociedade Unipessoal Lda.”, sediada em Avenida da República, 35 - 2.º Andar, Lisboa.

A sociedade consolida as contas com a “Atrium Investimentos - SFC, S.A.” e com a “APMI - Atrium Portfolio Management and Investment S.A.” pelo método de consolidação integral, não havendo lugar a “interesses minoritários” e com a “Atrium Advisory Services, Sociedade Unipessoal Lda.” pelo método de equivalência patrimonial.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Disponibilidades em instituições de crédito		
Por conta de clientes		
Caixa Geral de Depósitos	426.684,05	554.998,73
Banco BPI	719.152,52	763.064,89
Banco Santander Totta	302.195,42	196.996,62
Deutsche Bank AG	6.194.286,96	6.265.100,20
BNP Paribas Securities Services	3.556.120,39	4.419.507,46
HSBC Bank Plc	0,00	3.345.135,69
Banco Santander SA	1.656.430,19	2.007.557,85
Outros	0,00	145,80
Por conta própria	2.589.290,21	2.318.179,05
Juros a receber	104,32	291,49
	<u>15.444.264,06</u>	<u>19.870.977,78</u>

4. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Natureza e espécie	31.12.2013		
	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço
Títulos			
Emitidos por residentes			
Instrumentos de dívida			
De outros residentes			
Dívida não subordinada			
CGD 5,125% 02/2014	100,8850%	350.000,000	353.097,50
Instrumentos de capital			
Unidades de participação			
Logística e Distribuição - FI	5,5090	3,000	16,53
Vision escritórios - FI Imobiliário	3,7300	653,000	2.435,69
Emitidos por não residentes			
De emissores públicos estrangeiros			
EFSF 1% 12/03/2014	100,1480%	32.170,000	32.217,61
Hellenic Republic GDP Linked Note 10/2042	1,1650%	133.500,000	1.555,28
Instrumentos de dívida			
De outros não residentes			
Instrumentos de capital			
Unidades de participação			
Atrium Portfolio SICAV - Quadrant A EUR	1.032,7800	4.041,08	4.173.545,76
Atrium Portfolio SICAV - Sextant A EUR	1.065,1300	3.940,04	4.196.653,83
Atrium Portfolio SICAV - Octant A EUR	1.242,2200	328,59	408.175,73
Atrium Portfolio SICAV - Octant A USD	907,9587	120,12	109.062,00
Azimuth Fund Limited € - Series May/09	1.107,6620	388,03	429.810,52
BlackRock Institutional Euro Liquidity	139,3796	6.816,13	950.029,40
BNP InstiCash USD	107,9640	2.023,93	218.511,95
Deka GeldmarktGarant	5.750,9399	139,61	802.900,23
DWS Inst USD Money Plus	9.030,4380	97,07	876.601,77
La Fayette Holdings SP - EUR A Shares	50,9083	27,12	1.380,58
Preff Class D	69,1500	1955,9293	135.252,51
Parvest Money Mkt€	986,8817	601,37	593.478,09
Pictet STM Mkt EUR	140,3000	2.465,19	345.866,57
Pictet STM Mkt USD	97,8612	6.189,05	605.667,39
Rab Special Situations Fund EUR A	354,0900	98,50	34.877,49
Sel. ARV MC C 2009 €	93,3318	151,68	14.156,34
DB Global Masters USD			10.398,40
			<u>14.295.691,17</u>

5. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Aplicações em Instituições de Crédito no país		
A prazo		
Por conta de clientes	58.000,00	914.099,83
Por conta própria	4.310.000,00	1.141.409,43
Juros a receber	76.036,05	0,00
	<u>4.444.036,05</u>	<u>2.055.509,26</u>

6. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Natureza e espécie	31.12.2013		
	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida			
De dívida pública			
Obrigações do Tesouro			
OTE6OE - O.T. Outubro/2016	101,13%	50.000	50.292,64
OTEMOE - O.T. Junho/2019	96,86%	40.000	30.624,87
Juros a receber			1.484,11
Provisões			0,00
			<u>82.401,62</u>

No quadro seguinte, compara-se o valor por que estão contabilizados os “Investimentos detidos até à maturidade” com o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base nos valores de mercado.

Activos	31.12.2013		
	Valorização		
	Valor	Valor de Mercado	Diferença
OTE6OE - O.T. Outubro/2016	50.292,64	50.565,00	272,36
OTEMOE - O.T. Junho/2019	30.624,87	38.745,20	8.120,33
Juros a receber	1.484,11	1.484,11	0,00
	<u>82.401,62</u>	<u>90.794,31</u>	<u>8.392,69</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, a sociedade tinha assumido compromissos, no montante de 113.666,38 euros, perante o Sistema de Indemnização aos Investidores. Esse valor estava parcialmente coberto por garantia real oferecida através da constituição de penhor sobre Obrigações do Tesouro que integram o saldo da conta “22 - Investimentos detidos até à maturidade” e cujo valor de balanço era de 80.917,51 euros.

7. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício 2013, foram os seguintes:

Activos tangíveis	31.12.2012		Movimentos em 2013			31.12.2013
	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Aumentos, Aquisições	Amortizações do exercício	Abates e regularizações	Valor líquido
Obras em imóveis arrendados	53.211,21	39.437,05	0,00	4.411,77	0,00	9.362,39
Equipamento	446.783,55	346.519,14	40.360,89	44.464,10	47,57	96.208,77
Outros activos tangíveis	1.686,43	1.686,43	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>501.681,19</u>	<u>387.642,62</u>	<u>40.360,89</u>	<u>48.875,87</u>	<u>47,57</u>	<u>105.571,16</u>

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício 2013, foram os seguintes:

Activos intangíveis	31.12.2012		Movimentos em 2013			31.12.2013
	Valor bruto	Amortizações e imparidades acumuladas	Aumentos, aquisições	Amortizações e imparidades	Abates e regularizações	Valor líquido
Sist. aut. tratamento de dados	203.119,64	200.977,44	355,80	992,25	3,08	1.508,83
Outras	3.364,92	2.966,47	0,00	72,96	0,00	325,49
Goodwill	42.057.407,44	42.057.407,44	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>42.263.892,00</u>	<u>42.261.351,35</u>	<u>355,80</u>	<u>1.065,21</u>	<u>3,08</u>	<u>1.834,32</u>

A rubrica “Goodwill” corresponde à diferença apurada entre o valor de aquisição da participação financeira na “Atrium Investimentos - Sociedade Financeira de Corretagem, SA” e o justo valor dos capitais próprios adquiridos.

9. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Investimentos em filiais excluídas da consolidação		
No país		
Atrium Advisory Services, Sociedade Unipessoal Lda	76.252,10	22.098,44
	<u>76.252,10</u>	<u>22.098,44</u>

10. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Pagamento por conta	1.194.500,00	1.515.226,00
Pagamento adicional por conta	118.368,00	142.695,00
Pagamento especial por conta	3.000,00	2.000,00
Imposto sobre lucros	2.006.311,86	1.265.681,90
Outros	5.350,41	218,32
	<u>3.327.530,27</u>	<u>2.925.821,22</u>

11. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Devedores e outras aplicações		
Devedores diversos	552.940,38	448.876,95
Devedores por operações sobre futuros e opções	2.510.301,73	3.492.291,23
Sector público administrativo	0,00	4.076,02
Rendimentos a receber		
De serviços prestados	1.637.622,18	1.694.075,25
De outros rendimentos	15.739,43	16.571,84
Operações de bolsa a regularizar	694.437,33	238.880,39
Operações fora de bolsa a regularizar	1.130.099,92	1.674.882,95
Operações activas a regularizar	352.336,97	555.208,91
Outras operações a regularizar	3.994.810,88	0,00
Despesas com encargo diferido	65.191,00	134.430,61
	<u>10.953.479,82</u>	<u>8.259.294,15</u>

Os saldos de “Devedores por operações de futuros e opções” representam o valor das margens iniciais em posições abertas em derivados.

Os saldos de “Rendimentos a receber - De serviços prestados” representam essencialmente comissões de administração de valores.

Os saldos de “Operações de bolsa a regularizar” e “Operações fora de bolsa a regularizar” representam valores a receber relativos a operações sobre valores mobiliários já havidas mas em que ainda não ocorreu a respectiva liquidação financeira.

O saldo de “Outras operações a regularizar” representa liquidações de retenções na fonte de IRS que a sociedade contestou nos termos legais, com o pedido de constituição de tribunal arbitral.

12. PROVISÕES E IMPARIDADES

Os saldos das contas de provisões e imparidades têm a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Provisões		
Para risco gerais de crédito	1.105,78	1.463,87
Imparidades		
Para investimentos detidos até à maturidade	0,00	872,46
	<u>1.105,78</u>	<u>2.336,33</u>

13. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
IRC	1.405.072,20	1.705.810,02
Derrama estadual	108.379,91	142.288,24
Imposto sobre lucros	2.421.017,48	1.971.893,51
	<u>3.934.469,59</u>	<u>3.819.991,77</u>

14. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros e opções	3.474.041,57	5.433.976,70
Credores por operações sobre valores mobiliários	11.630.702,84	15.351.123,35
Sector Público Administrativo	123.073,54	154.990,14
Outros	205.681,71	1.068.175,10
Operações de bolsa a regularizar	692.793,38	36.767,47
Operações fora de bolsa a regularizar	1.129.081,91	1.875.079,80
Operações passivas a regularizar	27.775,87	63.980,91
Outros encargos a pagar		
Por gastos com pessoal	116.572,50	120.191,94
Por gastos gerais administrativos	311.186,12	300.043,78
Outros	3.353,02	3.552,65
	<u>17.714.262,46</u>	<u>24.407.881,84</u>

Os saldos de “Credores por operações sobre futuros e opções” e “Credores por operações sobre valores mobiliários” representam os recursos de clientes depositados junto da sociedade para realizar operações nos mercados a prazo e nos mercados a contado, respectivamente.

Os saldos de “Operações de Bolsa a regularizar” e Operações Fora de Bolsa a regularizar” representam valores a pagar relativos a operações sobre valores mobiliários já havidas mas em que ainda não ocorreu a respectiva liquidação financeira.

15. CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Capital	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital		
Prestações suplementares	37.222.000,00	37.222.000,00
Reservas de reavaliação	2.237,38	98.307,48
Reserva legal	2.046.499,00	1.934.670,00
Outras reservas e resultados transitados	-17.278.095,22	-7.086.965,23
Resultado líquido do exercício	5.039.270,17	-10.079.150,98
	<u>27.081.911,33</u>	<u>22.138.861,27</u>

O capital da sociedade está representado por 50.000 acções nominativas com o valor nominal unitário de 1,00 Euro.

16. JUROS, RENDIMENTOS SIMILARES E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades sobre Inst. de crédito no país	3.733,90	2.989,86
Disponibilidades sobre Inst. de crédito no estrangeiro	4.505,71	9.233,94
Aplicações em Inst. De crédito no país	76.036,05	0,00
Outros activos financeiros	34.265,59	35.621,28
	<u>118.541,25</u>	<u>47.845,08</u>
Juros e encargos similares		
Recursos Instituições crédito no país	30,58	133,04
Recursos Instituições crédito no estrangeiro	89,40	1.755,73
	<u>119,98</u>	<u>1.888,77</u>

17. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços prestados		
Administração de valores	8.320.701,05	9.337.670,94
Outros	994.991,17	1.024.067,42
Por op. realizadas p/ conta terceiros		
Operações em bolsa	33.927,32	36.875,70
Operações fora de bolsa	412.017,27	643.177,86
Operações sobre derivados	682.225,35	1.702.395,89
	<u>10.443.862,16</u>	<u>12.744.187,81</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	58.686,38	90.804,51
Por operações realizadas por terceiros	67.985,22	136.410,71
Outras comissões	193,86	0,00
	<u>126.865,46</u>	<u>227.215,22</u>

Os rendimentos de administração de valores representam comissões de gestão de carteiras de clientes.

18. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	926.836,19	1.106.136,23
Instrumentos derivados	94.623,13	760.443,17
Perdas em activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	741.302,87	811.189,51
Instrumentos derivados	123.637,32	860.743,19
	<u>156.519,13</u>	<u>194.646,70</u>

19. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Outros rendimentos e receitas operacionais		
Descontos obtidos	182,32	707,76
Rendimentos de exercícos anteriores		
Gastos gerais administrativos	0,00	5.909,18
Comissões recebidas	196.992,99	0,00
Outros	2.116,55	3.977,06
Outros	22.500,06	23.062,18
	<u>221.791,92</u>	<u>33.656,18</u>
Outros encargos e gastos operacionais		
Quotizações e donativos	35.572,00	39.144,00
Outros	34.965,41	8.965,80
Outros impostos	157.422,91	135.559,44
	<u>227.960,32</u>	<u>183.669,24</u>
	<u>-6.168,40</u>	<u>-150.013,06</u>

20. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Remuneração órgãos gestão e fiscalização	120.661,42	185.095,98
Remuneração de empregados	1.054.624,48	976.925,90
Encargos sociais obrigatórios	217.176,83	211.795,36
Outros custos com Pessoal	41.934,25	46.624,77
	<u>1.434.396,98</u>	<u>1.420.442,01</u>

21. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	36.811,30	41.549,99
Outros fornecimentos de terceiros	18.287,84	43.320,42
Com serviços		
Rendas e alugueres	272.053,21	287.679,53
Comunicações	65.504,68	74.966,16
Deslocações, estadas e representação	256.490,28	241.304,28
Publicidade e edição de publicações	47.195,86	26.527,20
Conservação e reparação	8.475,40	6.461,61
Formação de pessoal	66.162,58	27.932,22
Seguros	21.179,83	22.453,39
Serviços especializados		
Avenças e honorários	112.178,36	112.042,16
Judiciais, contencioso e notariado	71.984,04	28.847,87
Informática	69.165,58	77.576,11
Limpeza	7.376,88	7.329,00
Informações	52.671,94	52.552,85
Consultoria e marketing	112.600,18	15.933,52
Outros serviços especializados	0,00	808,95
Outros serviços de terceiros	879.832,77	975.332,65
	<u>2.097.970,73</u>	<u>2.042.617,91</u>

22. IMPOSTOS CORRENTES

Sobre o lucro tributável da Atrium Investimentos – SGPS, SA e da filial com sede em Portugal, incide IRC a taxas progressivas que atingem 29%, incluindo já uma taxa municipal - a derrama. Os encargos com viaturas ligeiras de passageiros e as despesas de representação são tributados autonomamente, de acordo com as taxas definidas nos termos do artigo 88.º do Código do IRC. Sobre o lucro do exercício da filial com sede na Suíça incidem impostos que, no conjunto, ascendem a cerca de 25%.

A carga fiscal imputada ao exercício foi de 1.992.386,53 euros. Os pagamentos por conta de IRC efectuados em 2013 foram de 1.321.218,41 euros.

23. OPERAÇÕES A PRAZO E ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

A 31 de Dezembro de 2013, a sociedade não detinha posições em operações a prazo.

O montante global dos elementos do activo e o montante global dos elementos do passivo expressos em moeda estrangeira, convertidos em euros são, respectivamente, de 14.083.841,51 euros e 9.527.736,07 euros.

24. RELATO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

No quadro seguinte, apresentam-se elementos da demonstração de resultados ventilados por linhas de negócio:

31.12.2013			
(unidade: Milhares de Euro)			
"Trading"	Gestão de activos	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	116	3	119
Juros e encargos similares		0	0
Rendimentos de serviços e comissões	10.321	122	10.443
Encargos com serviços e comissões	88	39	127
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	157		157
Resultados de reavaliação cambial	-27		-27
Outros resultados de exploração		-6	-6
PRODUTO BANCÁRIO	246	10.409	158
			10.558

Lisboa, 30 de Abril de 2014

A Técnica Oficial de Contas
(TOC 51852)

Adriana Melo da Mata

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures]
Adriana Melo da Mata

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO
(documento elaborado nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011)

Nota preliminar: na interpretação da informação constante deste documento, deve ter-se presente que, no decurso do ano de 2013:

- *As remunerações dos administradores executivos foram auferidas através da filial à qual dedicam a maior parte do seu tempo;*
- *As remunerações dos administradores executivos são aferidas pela sua globalidade a nível do grupo;*
- *A sociedade não contou com colaboradores permanentes, para além dos membros dos seus órgãos sociais;*

A. INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O NÚMERO 3. DO ARTIGO 2.º E O ARTIGO 3.º DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO

- a) O alinhamento dos interesses dos membros do Conselho de Administração com os interesses da sociedade decorre do facto de os administradores deterem participações económicas significativas no capital da sociedade. Com efeito, cada um dos três administradores executivos detém uma participação de 13,2% e, em conjunto, os administradores detêm uma participação de 39,6%. Esta participação dos administradores faz depender o seu rendimento total da gestão prudente dos riscos da actividade, da riqueza criada para os accionistas, e da sustentabilidade da sociedade a prazo, e assegura eficazmente o alinhamento dos seus interesses com os da sociedade.
- b) Para além do referido na alínea anterior, a componente variável da remuneração dos administradores é decidida pela Assembleia Geral e depende do desempenho individual e do desempenho da sociedade como um todo. A componente variável da remuneração deve ser inferior a 20% da remuneração total.
- c) Não há planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções por parte de membros do Conselho de Administração ou do Fiscal Único.
- d) A componente variável da remuneração é determinada e paga em cada ano.
- e) A remuneração variável só deve ter lugar se for sustentável à luz da situação financeira da instituição, e se se justificar à luz do desempenho do administrador em causa. O total da remuneração variável deve de um modo geral ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.

B. INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O N.º 1 E O N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 10/2011

Na interpretação da informação que se apresenta a seguir, é importante ter presente que cada um dos três administradores detém uma participação de 13,2% no capital da sociedade. Tal incentiva a gestão prudente dos riscos da actividade, a criação de riqueza e a sustentabilidade de

longo prazo da instituição, de uma forma mais eficaz que, por exemplo, a atribuição de remunerações variáveis, participações nos resultados ou planos de opções.

Remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

- a) A definição da política de remuneração cabe à Assembleia Geral.
- b) A componente variável da remuneração consiste numa gratificação extraordinária, com periodicidade anual, paga de uma só vez, sem diferimento.
- c) O alinhamento dos interesses dos membros do Conselho de Administração com os interesses da sociedade decorre do facto de deterem participações económicas muito significativas no capital da sociedade.

Remuneração dos membros executivos do órgão de administração

- a) A avaliação de desempenho dos administradores executivos cabe à Assembleia Geral.
- b) A avaliação de desempenho dos administradores executivos considera, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a protecção dos interesses dos clientes e dos investidores, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da instituição.
- c) A componente variável da remuneração deve ser inferior a 20% da remuneração total.
- d) A componente variável da remuneração é paga nos primeiros meses de cada ano.
- e) O pagamento da componente variável da remuneração variável não está sujeito a diferimento para além do referido na alínea anterior.
- f) Não é atribuída remuneração variável em acções.
- g) Não é atribuída remuneração variável em opções.
- h) Não são atribuídos prémios anuais para além do referido na alínea c) nem outros benefícios não pecuniários.
- i) Não é paga remuneração sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémio.
- j) Não foram pagas nem são devidas indemnizações a ex-membros do Conselho de administração relativamente à cessação das suas funções.
- k) Não há limitações contratuais para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do administrador.
- l) Não foram pagos montantes a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.
- m) Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.
- n) Não houve benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não referidos nas alíneas anteriores.
- o) Não existem mecanismos que impeçam a utilização pelos membros do órgão de administração de seguros de remuneração ou responsabilidade, ou quaisquer outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

C. INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O N.º 3 DO ARTIGO 16.º DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 10/2011

- A definição da política de remuneração cabe à Assembleia Geral.
- A componente variável da remuneração consiste numa gratificação extraordinária, com periodicidade anual, paga de uma só vez, sem diferimento
- A remuneração inclui uma componente variável cujo valor global depende do resultado do exercício.
- A avaliação de desempenho individual cabe ao Conselho de Administração.
- A definição do valor individual da remuneração variável resulta de uma avaliação de desempenho que atende não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho colectivo da unidade de estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, e inclui critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à actividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com clientes e investidores.
- A componente variável da remuneração deve ser inferior a 33% da remuneração total.
- A componente variável da remuneração é paga em dinheiro, de uma só vez, nos primeiros meses do ano seguinte àquele a que respeita.
- Não é atribuída remuneração variável em opções.
- Não são atribuídos prémios anuais para além da remuneração variável referida acima, nem outros benefícios não pecuniários;

D. INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 17.º DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 10/2011

Montante anual das componentes fixa e variável da remuneração em 2013

(Euros)

Beneficiário	Função	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração total
João Carlos Peça Nunes da Fonseca (1)	Presidente do Conselho de Administração	--	--	--
António Manuel Baptista dos Santos Almeida (2)	Vogal do Conselho de Administração	--	--	--
Mário Luís Cruz Dias Vigário (2)	Vogal do Conselho de Administração	--	--	--
Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC	Fiscal Único	1.500,00	--	1.500,00
José Carlos Faria e Matos (ROC)	Suplente do Fiscal único	--	--	--
Outros colaboradores	--	--	--	--
Totais		1.500,00	--	1.500,00

Notas:

- (1) Auferiu em 2013 uma remuneração fixa de 81.378,62 euros e uma remuneração variável de 11.406,32 euros, pagas por uma filial.

- (2) Auferiu em 2013 uma remuneração fixa de 54.600 euros e uma remuneração variável de 4.250 euros, pagas por uma filial.
- A remuneração variável é integralmente pecuniária, não havendo remuneração em forma de acções, instrumentos share-linked e outros tipos. Toda a remuneração foi paga, não havendo remuneração diferida.
- Número de novas contratações efectuadas no ano: -.
- Não houve pagamentos efectuados ou devidos em virtude da rescisão antecipada do contrato de trabalho com colaboradores.

Lisboa, 30 de Abril de 2014
Conselho de Administração

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'António Almeida', is written over a faint, larger, and less legible signature in the background.

CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS INDIVIDUAIS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Atrium Investimentos - SGPS, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de balanço de 27.823.419 euros e um total de capital próprio de 27.818.197 euros, incluindo um resultado de 4.239.610 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com as excepções referidas nas Avisos nº 1/2005 e nº 4/2005 do Banco de Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Atrium Investimentos - SGPS, SA**, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios geralmente aceites.

RELATO SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 16 de Maio de 2014



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC., LDA.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CONTAS INDIVIDUAIS



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a actividade da **Atrium Investimentos - SGPS, SA**, durante o exercício de 2013, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão, as contas do exercício e emitimos a certificação legal das contas, que aqui se dá por reproduzida.

Tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2013, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 16 de Maio de 2014

O Fiscal Único

- PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC., LDA.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)

CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS CONSOLIDADAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Atrium Investimentos, SGPS, SA**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de balanço de 48.731.779 euros e um total de capital próprio de 27.081.911 euros, incluindo um resultado líquido de 5.039.270 euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, e o correspondente Anexo. . Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com as excepções referidas nas Avisos nº 1/2005 e nº 4/2005 do Banco de Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Atrium Investimentos, SGPS, SA** em 31 de Dezembro de 2013, as alterações no capital próprio consolidado e o resultado consolidado das suas operações, em conformidade com os princípios contabilísticos, tal como são geralmente aceites.

RELATO SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 16 de Maio de 2014



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC., LDA.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CONTAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 508-D, do Código das Sociedades Comerciais, foram-nos apresentadas para exame as contas consolidadas do exercício de 2013 da **Atrium Investimentos, SGPS, SA** que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e o correspondente anexo, bem como o respectivo relatório de gestão.

Procedemos à apreciação dos citados documentos, juntamente com a correspondente certificação legal das contas que aqui se dá por reproduzida e com a qual concordámos.

Foi deliberado emitir relatório e propôr que as contas consolidadas e o relatório único de gestão do exercício de 2013 sejam aprovados pela assembleia geral a que alude o artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 16 de Maio de 2014

O Fiscal Único



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC., LDA.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)